Processo TC 013.282/2015-8 (com 48 peças)
Tomada de Contas Especial

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), em desfavor dos ex-prefeitos do Município de Matões/MA, sr. Rubens Pereira e Silva (gestão 1993/1996) e sr. Gilberto de Oliveira Tenório (gestão 1997/2000), em razão da omissão no dever de prestar contas e da inexecução total do objeto do Convênio 130/1996 (peça 1, pp. 203/17), celebrado em 29/6/1996, com vistas à perfuração de poços tubulares e aparelhamento, em seis localidades daquele município, conforme Plano de Trabalho aprovado (peça 1, pp. 193/201).

O valor total do convênio é de R\$ 110.000,00, dos quais R\$ 100.000,00 são recursos federais e R\$ 10.000,00 são recursos da contrapartida municipal. Os recursos federais foram repassados em quatro parcelas, conforme ordens bancárias datadas de 22/8/1996, 21/9/1996, 9/12/1996 e 10/12/1996 (peça 1, pp. 229, 231, 255 e 257).

A vigência original do convênio era até 30/12/1996 (peça 1, p. 211), mas, em razão de três termos aditivos, publicados no Diário Oficial da União (peça 1, pp. 249/53, 271/5, 287/9 e 335), foi estendida até 31/12/1997, com mais 30 dias de prazo para prestar contas (peça 1, p. 209). Cabe destacar que, apesar de publicados, não constam dos autos os originais assinados do 2º e do 3º Termos Aditivos.

Em fiscalização *in loco* realizada pela Secretaria Federal de Controle (SFC), conforme Relatório de Auditoria de Acompanhamento 33/97, foi verificado que nenhum dos poços foi perfurado e que inexistia na prefeitura municipal qualquer documento comprobatório das despesas realizadas com recursos do Convênio 130/1996 (peça 1, p. 311).

Além disso, não foi apresentada a prestação de contas final do convênio, tendo o prefeito sucessor, sr. Gilberto de Oliveira Tenório, afirmado que toda a documentação financeira da prefeitura havia sido destruída pelo prefeito antecessor, quando da transmissão do cargo (peça 1, p. 311). O prefeito sucessor afirmou, também, ter adotado as medidas jurídicas cabíveis, visando o ressarcimento ao erário (peça 1, p. 303). Consta à peça 1, pp. 339/43, a petição inicial da ação de ressarcimento promovida pelo Município de Matões contra o sr. Rubens Pereira e Silva.

O sr. Rubens Pereira e Silva foi notificado, em novembro/1997, para recolher o débito, porém permaneceu silente (peça 1, pp. 307/29).

Em 2014, a TCE foi instaurada, e, em 2015, foi remetida ao TCU.

No âmbito desta Corte, foram promovidas a citação do sr. Rubens Pereira e Silva e a audiência do sr. Gilberto de Oliveira Tenório (peças 10 e 11). A citação foi em razão da não apresentação da prestação de contas e da não consecução do objeto do Convênio 130/1996. Já a audiência foi apenas pela não apresentação da prestação de contas, considerando que o prazo para essa apresentação venceu no mandato do sr. Gilberto de Oliveira Tenório.

Posteriormente, descobriu-se que o sr. Gilberto de Oliveira Tenório havia falecido em 18/1/2016, o que extinguiu sua punibilidade.

Quanto ao sr. Rubens Pereira e Silva, apesar de regularmente citado (peças 36/9 e 43/4), permaneceu revel.

O Auditor da Secex/TCE examinou os autos e formulou a seguinte proposta de encaminhamento (peça 46):

“37. Diante do exposto, submetem-se os autos, à consideração superior, propondo que seja realizada **diligência**, com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 11 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 157 do RI/TCU, à Superintendência do Banco do Brasil no Estado do Maranhão, para que encaminhe ao Tribunal, no prazo de quinze dias, os seguintes documentos:

- a) o extrato bancário da Conta Corrente 12128-2 da Agência 2409-0, de titularidade da Prefeitura Municipal de Matões/MA, em que foram movimentados os recursos do Convênio 130/1996 (Siafi 310470), celebrado com o Ministério do Meio Ambiente, abrangendo o período de Agosto/1996 até o encerramento da conta;
- b) o extrato das aplicações financeiras atinentes à referida conta corrente;
- c) cópia de todos os cheques eventualmente emitidos no referido período; e
- d) cópia das autorizações de transferências eventualmente realizadas no referido período, indicando os correspondentes beneficiários.”

Já o Diretor, com o aval do Secretário, propôs o imediato julgamento do processo, por entender que *“o extrato bancário, por si só, não suprirá a ausência dos outros comprovantes das despesas e especialmente daqueles necessários à comprovação da execução física do objeto conveniado”* e que *“a diligência apenas retardará o andamento do processo, acarretando inclusive mais custos ao feito”*. Ademais, lembrou que o ônus da prova compete ao gestor dos recursos. Também alertou para a possível dificuldade de a instituição bancária disponibilizar os extratos, por já terem passado 23 anos do evento. Assim, formulou a seguinte proposta de encaminhamento (peças 47 e 48):

- “12.1. arquivar os autos em relação ao Sr. Gilberto de Oliveira Tenório (CPF 007.633.494-53), ex-Prefeito de Matões/MA (gestão 1997-2000);
- 12.2. decretar a revelia do Sr. Rubens Pereira e Silva (CPF 137.816.693-00), ex-Prefeito de Matões/MA (gestão 1993-1966);
- 12.3. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas ‘a’, ‘b’ e ‘c’, 19, *caput*, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, as contas do Sr. Rubens Pereira e Silva (CPF 137.816.693-00), condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas e fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para comprovar, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea ‘a’, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres da Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, nos termos da legislação vigente:

Data	Valor (R\$)
10/12/1996	25.000,00
9/12/1996	25.000,00
21/9/1996	20.000,00
22/8/1996	30.000,00

Valor atualizado em 2/3/2020 (sem juros): R\$ 384.480,85

- 12.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 219, inciso II, do Regimento Interno do TCU, caso não atendida a notificação;
- 12.5. autorizar, desde logo, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RI/TCU, caso seja do interesse do responsável, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo sobre cada uma, corrigida monetariamente, os juros de mora devidos, sem prejuízo de alertá-la de que, caso opte por essa forma de pagamento, a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU; e
- 12.6. encaminhar cópia da deliberação que vier a ser proferida ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei

8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis, informando-lhe que o inteiro teor da deliberação pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.”

II

O Ministério Público de Contas, divergindo da proposta de encaminhamento dos dirigentes da Secex/TCE, manifesta-se pela realização da diligência proposta pelo Auditor da unidade técnica.

Não há dúvida de que os extratos bancários da conta específica não suprirão a ausência de comprovantes de despesa nem a irregularidade relativa à inexecução física do objeto do Convênio 130/1996. Tais extratos, porém, são importantes para se saber qual parcela de recursos foi efetivamente gerida pelo sr. Rubens Pereira e Silva, considerando-se que metade dos recursos federais (R\$ 50.000,00) foi repassada ao município já no último mês do mandato do referido responsável (dezembro/1996). Não se pode descartar, pois, a possibilidade de que tenha sido deixado um saldo na conta específica, gerido pelo prefeito sucessor, sr. Gilberto de Oliveira Tenório, mormente porque a vigência do ajuste, segundo termos aditivos publicados no Diário Oficial da União, só findou em 31/12/1997.

Se, por um lado, é ônus do gestor demonstrar o correto uso dos recursos públicos, por outro lado, o princípio da verdade material, que norteia os processos de controle externo, exige que esta Corte de Contas busque, na medida do possível e do razoável, identificar quem foi o real gestor dos recursos públicos, evitando, assim, condenação em débito de determinado gestor por valor maior que o devido.

A realização de diligência a bancos federais para a obtenção de extratos bancários é medida corriqueira nesta Corte de Contas, e, em geral, não é um procedimento que gere atraso significativo no andamento do processo, até porque o prazo para a seu cumprimento é de apenas 15 dias.

Ressalte-se que, mesmo em processos de tomada de contas especial instaurados por omissão no dever de prestar contas, a juntada dos extratos bancários possui grande importância, pois permite precisar a data a partir da qual devem incidir a correção monetária e os juros de mora sobre o valor do débito, qual seja, a data do efetivo crédito de recursos na conta bancária do ente recebedor dos recursos federais. E, quando a vigência de um convênio perpassa a gestão de dois responsáveis, a importância dos extratos é ainda maior, pois permite delimitar a responsabilidade de cada um deles pelo prejuízo causado aos cofres federais. Não é à toa que o art. 6º da Decisão Normativa 155/2016 do TCU assim preceitua (grifou-se):

“As tomadas de contas especiais instauradas em razão de omissão do dever de prestar contas deverão conter, em relação aos documentos identificados nos arts. 4º e 5º, apenas os necessários à sua análise, entre os quais, o extrato bancário da conta específica, desde a data do crédito dos recursos até o encerramento da movimentação.”

Por todo o exposto, o MP de Contas alinha-se, na íntegra, à proposta de diligência formulada pelo Auditor.

Sucessivamente, caso Vossa Excelência não acolha a medida preliminar, o MP de Contas, no mérito, manifesta-se de acordo com a proposta de encaminhamento formulada pelo Diretor (peça 47), apenas com o ajuste quanto ao período de gestão do sr. Rubens Pereira e Silva, mencionado no item 12.2 da proposta, para que passe a constar “gestão 1993-1996”.

Brasília, em 16 de março de 2020.

Júlio Marcelo de Oliveira
 Procurador